III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO ECONÔMICO, EMPRESARIAL, DIGITAL, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO I

YURI NATHAN DA COSTA LANNES

LIVIO AUGUSTO DE CARVALHO SANTOS

VALTER MOURA DO CARMO

Copyright © 2021 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU – São Paulo
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR – Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade – UNIMAR/FEPODI – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Ceará
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS – Sergipe
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR – São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes – UNB – Distrito Federal
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – São Paulo
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo
Comunicação:
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB – Paraíba
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC – Santa Catarina
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Prof. Dr. José Barroso Filho – ENAJUM
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Eventos:
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec – Minas Gerais
Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC – Paraná
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – Mato Grosso do Sul

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UMICAP – Pernambuco

D597

Direito econômico, empresarial, digital, inovação e empreendedorismo I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Livio Augusto de Carvalho Santos, Valter Moura do Carmo, Yuri Nathan da Costa Lannes – Florianópolis: CONPEDI, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-284-2
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Saúde: segurança humana para a democracia

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres. 2. Direito econômico. 3. Empreendedorismo. III Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2021 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil - www.conpedi.org.br

III ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO ECONÔMICO, EMPRESARIAL, DIGITAL, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO I

Apresentação

A presente obra é composta de resumos selecionados e apresentados em formato pôsteres na sala virtual Direito Econômico, Empresarial, Digital, Inovação e Empreendedorismo I do III ECONTRO VIRTUAL DO CONPEDI cuja temática foi "Saúde: segurança humana para a democracia", realizado virtualmente entre os dias 23 e 28 de junho de 2021

Na referida sala virtual foram apresentados os seguintes trabalhos acadêmicos, que passam a compor a presente obra: "A APLICAÇÃO DO DIREITO DIGITAL NO COMBATE AOS REGIMES TOTALITÁRIOS MEDIANTE A ANÁLISE ENTRE O ALCANCE DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A PROPAGAÇÃO DE FAKE NEWS" pelas autoras Luana Emanuelle Santos Rezende e Heloisa Kiana Vieira dos Santos Batista Bispo que foram orientadas por Lucas Gonçalves da Silva; "A CARTELIZAÇÃO DA FIXAÇÃO DE PREÇO DE REVENDA" pela autora Mariana Tozzo Oliveira que foi orientada por Flávia de Oliveira Santos do Nascimento; "A INSERÇÃO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO COMO FORMA DE PROMOÇÃO DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E CONCRETIZAÇÃO DO CAPITALISMO HUMANISTA" pelas autoras Emanuelle Clayre Silva Banhos e Daniele Marques Barbosa que foram orientadas por Marcelo Benacchio; "A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E AS MEDIDAS ADOTADAS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS" pelos autores Sofia Perez de Carvalho e Giovanni Galvao Vilaca Gregorio que foram orientados por Adriano da Silva Ribeiro; "A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E RAZÕES POLÍTICAS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO DO SÉCULO XXI" pela autora Natasha Siqueira Mendes de Novoa; "ABORDAGENS REGULATÓRIAS: UMA ANÁLISE JURÍDICO-INSTITUCIONAL DO SISTEMA REGULATÓRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)" pelos autores Davi Ferreira Veronese e Carolina Trevisan de Azevedo; "ASPECTOS CONTRATUAIS DA PROTEÇÃO E DO LICENCIAMENTO DE ESTAMPAS" pela autora Lígia Loregian Penkal que foi orientada por Flávia de Oliveira Santos do Nascimento; "CENÁRIO EMPRESARIAL E A COVID 19: O AUMENTO DE REGISTRO DO MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO ESTADO DO PARÁ" pela autora Juliana Brasil Cunha Carneiro que foi orientada por Fabricio Vasconcelos de Oliveira; "CLÁUSULA DE IMAGEM EM

CONTRATOS DA INDÚSTRIA DA MODA À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE HUMANA" pelas autoras Juliana Cassimiro de Araujo e Giovanna Alba Suppini que foram orientadas por Flávia de Oliveira Santos do Nascimento; "CONTRATOS DE PUBLICICADE COM INFLUENCER MENORES DE IDADE" pelas autoras Merielli Ribeiro Santos da Silva e Laura Ribeiro Nascimento que foram orientadas por Flávia de Oliveira Santos do Nascimento; "CONTRATOS DE TRABALHO E SUAS CONDIÇÕES À LUZ DA DIGNIDADE HUMANA: COMO AS MUDANÇAS JUDICIAIS CAMINHAM PARA UMA ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA" pelas autoras Raphaela Ferze Faria dos Santos e Marina Olivetti Huber que foram orientadas por Flávia de Oliveira Santos do Nascimento; e "CONTRATOS INTERNACIONAIS DA INDÚSTRIA TÊXTIL – DESAFIOS E EFEITOS DA PANDEMIA" pelas autoras Bárbara Pereira Lattanzi e Bruna Pereira Makassian orientadas por Flávia de Oliveira Santos do Nascimento.

Vale frisar, que dentre os trabalhos supracitados seis são produções científicas oriundas do grupo de estudos Fashion Law da Universidade Católica de Santos.

Os aludidos trabalhos evidenciaram-se de elevada qualidade e rigor científico, sendo relevantes para a pesquisa jurídica no Brasil, considerando que apresentaram temas inovadores e interdisciplinares. Fato que ressalta a importância do CONPEDI para a pesquisa jurídica do Brasil.

Neste contexto, a presente obra será relevante por ser um estimulo para a continuidade da pesquisa nesta linha e servirá como fonte de pesquisa, considerando a qualidade dos trabalhos que a compõe conforme dito alhures.

Prof. Me. Lívio Augusto de Carvalho Santos

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E AS MEDIDAS ADOTADAS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Adriano da Silva Ribeiro[1]
Sofia Perez de Carvalho
Giovanni Galvao Vilaca Gregorio

Resumo

INTRODUÇÃO

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (n. 13.709/18) estabelece regras de tratamento de dados pessoais coletados por pessoas naturais e jurídicas, de direito público ou privado (BRASIL, 2018). O objetivo é proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Para tanto, há uma série de medidas para se adequar à LGPD, sob pena de incorrer em sanções administrativas. O tema suscita discussões, notadamente sobre os desafios para a implementação da LGPD na Administração Pública, a exemplo do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), que deve observar o referido diploma legal no exercício de suas atividades administrativas e jurisdicionais.

PROBLEMA DA PESQUISA

O cerne da pesquisa consiste em perquirir acerca das medidas adotadas pelo TJMG, à luz da LGPD, para a realização do tratamento dos dados pessoais que estão sob sua custódia. A relevância do tema é de tal ordem que o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação n. 73/2020 (BRASIL, 2020) e a Resolução n. 363/2021 (BRASIL, 2021), as quais preveem ações para os tribunais se adequarem à LGPD.

OBJETIVO

O objetivo é identificar se e quais ações foram implementadas pelo TJMG para estruturar a governança do tratamento de dados pessoais que estão sob sua responsabilidade, a fim de se adequar à LGPD, bem como à Recomendação n. 73/2020 (BRASIL, 2020), e à Resolução n. 363/2021 (BRASIL, 2021), do Conselho Nacional de Justiça.

---

[1] Orientador(a) do trabalho/resumo científico

MÉTODO

Foi utilizada a base lógica do método dedutivo, por meio da pesquisa bibliográfica e documental.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Como resultados da pesquisa, observou-se que o TJMG desenvolve o Programa de Proteção de Dados Pessoais, com o escopo de regulamentar, no âmbito daquele Tribunal, as disposições contidas na LGPD.

Nesse sentido, foi publicada a Portaria n. 4.718/PR/2020, instituindo o Comitê de Proteção de Dados Pessoais como o órgão responsável pela avaliação dos mecanismos de tratamento e proteção de dados pessoais (MINAS GERAIS, 2020). A referida Portaria foi posteriormente alterada para designar o encarregado do TJMG, isto é, a pessoa indicada para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, cujas atribuições estão previstas nos incisos I a IV do § 2º do art. 41 da Lei n. 13.709/18 (BRASIL, 2018).

Constatou-se também que o TJMG dispõe em seu sítio eletrônico o canal "Fale com TJMG", onde o usuário pode solicitar informações a respeito dos dados pessoais tratados no Tribunal, além de ter criado a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, também disponibilizada no site da instituição.

Conclui-se, portanto, que o TJMG vem adotando as medidas necessárias para a realização do tratamento dos dados pessoais que estão sob sua custódia, de acordo com o que estabelece a LGPD e também a Recomendação n. 73/2020 (BRASIL, 2020) e a Resolução n. 363/2021(BRASIL, 2021) do Conselho Nacional de Justiça.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de Dados, Implementação na Administração Pública, TJMG

Referências

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais(LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. Guia de Boas Práticas – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) do Governo Federal. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/guia-de-boas-praticas-lei-geral-deprotecao-de-dados-lgpd. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. Recomendação nº 73 de 20/08/2020. Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário brasileiro a adoção de medidas preparatórias e ações iniciais para adequação às disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3432. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. Resolução nº 363 de 12/01/2021. Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3668. Acesso em: 15 abr. 2021.

JACOBY, Murilo. CAMARÃO, Tatiana. Ponderações sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no poder público. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.

MINAS GERAIS. Portaria da Presidência TJMG nº 4.718/2020. Institui a Política de Segurança da Informação no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e dispõe sobre o Modelo de Gestão de Segurança da Informação. Disponível em: http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/po47182020.pdf. Acesso em: 04 abr. 2021.

MINAS GERIAS. Programa de Proteção de Dados Pessoais do TJMG: Regulamentação das disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Disponível em: https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/acoes-e-programas/programa-de-protecao-de-dados-pessoais-do-tjmg.htm#!. Acesso em: 03 abr. 2021.

PIRONTI, Rodrigo (coord.). Lei Geral de Proteção de Dados: estudos sobre um novo cenário de governança corporativa. Belo Horizonte: Fórum, 2020.